

A DIVISÃO CAMPONESA DO TRABALHO NO ASSENTAMENTO “16 DE MAIO” - RAMILÂNDIA/PR

DIVISION OF FARMERS IN SETTLEMENT WORK "16 DE MAIO" - RAMILÂNDIA/PR

Leandro Daneluz Gonçalves

Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Geografia, Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Campus de Francisco Beltrão
le.daneluz@gmail.com

João Edmilson Fabrini

Professor de Graduação e Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná,
Campus Marechal Cândido Rondon
joão.fabrini@unioeste.br

Resumo

Os assentamentos de reforma agrária são resultantes de lutas e resistências dos sem-terra. Este foi o caso do assentamento “16 de Maio” no município de Ramilândia/PR. No assentamento, os sem-terra constroem e reconstroem a sua condição de camponeses no qual se destaca o trabalho organizado a partir do núcleo familiar de produção. Embora subordinado à acumulação capitalista, o trabalho dos camponeses apresenta características não-capitalistas, que o diferencia substancialmente do trabalho assalariado, por exemplo. As características não-capitalistas do trabalho do camponês podem ser verificadas na sua divisão, pautada no número, sexo e idade dos membros da família.

Palavras-chaves: Trabalho. Campesinato. Assentamento “16 de Maio”. Ramilândia.

Abstract

The agrarian reform settlements are the result of struggles and resistance of the landless. This was the case of settlement, "16 de Maio" in the city of Ramilândia / PR. In the settlement, the landless construct and reconstruct their condition of peasants in which organized labor stands out from the family unit of production. Although subordinate to capitalist accumulation, the work of the peasants has features non-capitalistic, differs substantially from that employed, for example. The characteristics of non-capitalist peasant's work can be seen in their division, based on the number, sex and age of family members.

Keywords: Labor. Peasants. Settlement “16 de Maio”. Ramilândia.

Introdução

Os assentamentos de reforma agrária são resultantes das lutas camponesas pela terra. A luta dos camponeses nos movimentos sociais não é “fenômeno” recente, pois desde passado distante que remonta o século XIX, eles lutam para entrar e permanecer na terra. A conquista da terra, neste caso, o assentamento “16 de Maio” no município de Ramilândia/PR, permitiu a recriação de um conjunto de relações, das quais se destaca o trabalho organizado a partir do núcleo familiar de produção.

O campesinato não deve ser interpretado como uma relação de trabalho apenas, embora também o seja, pois o trabalho organizado em torno das necessidades da família possui conteúdo diferente de “força de trabalho” enquanto mercadoria, típica das relações capitalistas. Embora os paradigmas fordista e toyotismo se constituam em importante instrumental para a interpretação do trabalho na sociedade capitalista, não é suficiente para entender a natureza do trabalho de camponeses. Destaca-se que este trabalho dos camponeses também está inserido no modo de produção capitalista.

Embora o camponês seja um trabalhador, o seu trabalho possui contorno mais complexo do que a produção de mercadoria. Neste sentido, o camponês compõe a classe trabalhadora, mas para compreendê-lo é necessário ir além da compreensão do trabalho enquanto força de trabalho-mercadoria. É necessário reconhecer os meandros não-capitalistas do trabalho dos camponeses.

A divisão do trabalho dos camponeses, por exemplo, diferentemente daquela verificado numa fábrica, possui característica não-capitalista porque está assentada no núcleo familiar de produção. Assim, se verifica entre os camponeses uma divisão do trabalho pautada pelo sexo dos membros da família (divisão sexual do trabalho), em que os homens se encarregam de algumas atividades e as mulheres de outras. Além deste elemento, há que se considerar também na divisão familiar do trabalho a idade (divisão etária do trabalho), quando a responsabilidade pelas tarefas é estabelecida de acordo com a idade de cada membro da família.

Neste sentido, o estudo de Chayanov (1974), que coloca a família no centro da compreensão do campesinato, serve de referência para interpretar a “natureza” não-capitalista do trabalho dos camponeses.

O trabalho familiar do camponês

O trabalho possui importância central na vida humana porque é condição para sua existência. Mas, se de um lado, o trabalho é ponto de partida do processo de humanização, de outro, no modo de produção capitalista, o trabalho é condição para a alienação.

A compreensão das relações sociais de produção a partir da centralidade do trabalho, tal como destacado por Antunes (1995), se constituiu em importante “ferramenta” teórica para entender a força de trabalho no modo de produção capitalista. Entretanto, este instrumental não é suficiente para compreender a totalidade do trabalho, pois ele apresenta mediações e particularidades que exige outros recursos teóricos.

Segundo Martins (2003), algumas interpretações não consideram as mediações e das particularidades dos diferentes grupos e categorias sociais como aquelas verificadas na organização social e produtiva do campesinato.

Se quisermos entendê-las como sujeitos de vontade sociais e políticas e sujeitos de possibilidades históricas, é necessário reconhecer-lhes as singularidades, aquilo que as diferencia e não aquilo que as dilui em categorias abrangentes e genéricas (MARTINS, 2003, p. 55).

Ao diferenciar a classe camponesa da classe operária, o autor afirma que uma parcela da comunidade acadêmica interpreta o camponês como operário indireto, pois também seria um trabalhador para o capital. Dessa forma, numa concepção genérica, é possível apreender que operários e camponeses formariam uma única classe; a classe trabalhadora.

Na produção camponesa, existe um trabalho que serve à elaboração de objetos úteis e concretos aos trabalhadores (trabalho não-capitalista) e um trabalho que se constitui em mercadoria, típico do capitalismo. Mas, o trabalho do camponês de característica não-capitalista também serve à produção de mercadorias e por isso não deve ser considerado à parte do modo de produção capitalista.

Segundo Chayanov (1974) o trabalho do camponês apresenta singularidades também no fato da família se constituir no núcleo central de sua organização. A partir da família, se realiza uma divisão camponesa do trabalho feita a partir da idade, sexo e número de membros que se entrelaçam de diferentes maneiras na realização das atividades na terra. Assim, verifica-se uma “divisão sexual” do trabalho em que os

homens se encarregam de algumas atividades e as mulheres de outras e uma “divisão etária”, ou seja, a divisão de responsabilidade pelas tarefas (trabalho) de acordo com a idade de cada membro da família.

Para tratar da divisão familiar do trabalho entre os camponeses foi tomado como referencia as famílias do assentamento de sem-terra “16 de Maio”, localizado no município de Ramilândia, no Oeste do Paraná. O assentamento é formado por 220 famílias que ocupam uma área de 4.270,56 hectares derivado da desapropriação da fazenda Banhadão, em 2001, resultante das lutas sociais organizadas por camponeses vinculados ao MST¹.

A conquista da terra de assentamento permitiu a recriação e reprodução do trabalho de camponeses baseado no núcleo familiar. O trabalho familiar, solapado com expulsão/expropriação dos camponeses da terra, foi recuperado a partir das lutas e conquista da terra de assentamento. Assim, a conquista da terra permitiu reconstrução de relações não-capitalistas, das quais se destaca o trabalho dos camponeses, que organizado pelo núcleo familiar, possui uma divisão diferente da produção “tipicamente” capitalista.

A divisão do trabalho camponês a partir do “número de membros” trabalhadores da família foi feita na relação com a faixa etária e classificada da seguinte forma: força completa (membros de 15 anos acima); força média (membros de 10 a 14 anos); força baixa/inexistente (membros até 9 anos). Assim, é possível verificar na tabela a seguir (tabela 1) membros da família com capacidade de força completa, força média e força baixa/inexistente.

Tomando o exemplo do lote número 01, a família é constituída de 4 membros trabalhadores: o casal, um membro de 15 anos cima e um membro de 10 e 14 anos de idade, somando um total de 3,5 trabalhadores.

¹ Na pesquisa de campo realizada, em 2009, foram coletados dados de 10 famílias assentadas representando, aproximadamente, uma amostra de 5% do universo de 220 famílias.

Tabela 1 – Membros, idade e capacidade de trabalho da família.

Lotes	Casal	Filhos/as			Outros membros			Total força de trabalho
		Até 9 anos	10-14 anos	15 anos acima	Até 9 anos	10-14 anos	15 anos acima	
01	2		1	1				3,5
02	2							2
03	1							1
04	2			1				3
05	2	1						2
06	2		1	2			2	6,5
07	2							2
08	2	1	1					2,5
09	2		1					2,5
10	2			1				3
Total	19	0	2	5			2	28

Fonte: Pesquisa de campo (2009)

O número de membros trabalhadores da família pode ser cotejado com o número de consumidores da família, tal como tratou Chaynov (1974) ao caracterizar o campesinato a partir do pressuposto de trabalho e consumo, pois existe membro que “consome e trabalha” e membro que somente “consome”. Esta relação se desdobra na capacidade produtiva da família, podendo haver déficit ou equilíbrio no volume de produção a partir do consumo-trabalho dos membros da família.

Verifica que filhos menores de até 9 anos são apenas consumidores, pois sua capacidade de trabalho é limitada. Já os filhos entre 9 e 14 anos são consumidores que possuem média força de trabalho, auxiliando no equilíbrio entre trabalho e consumo. Já aqueles membros ou casal que estão acima de 15 anos de idade se constitui em consumidores e trabalhadores com “força completa”, responsável pelo equilíbrio entre trabalhador e consumidor.

Tabela 2 – Relação trabalho–consumo

Lote	Força de trabalho	Consumo	Balanço
01	3,5	4	Déficit
02	2	2	Equilíbrio
03	1	1	Equilíbrio
04	3	3	Equilíbrio
05	2	3	Déficit
06	6,5	7	Déficit
07	2	2	Equilíbrio
08	2,5	4	Déficit
09	2,5	3	Déficit
10	3	3	Equilíbrio
Total	28	32	Déficit

Fonte: pesquisa de campo (2009)

Assim, conforme tabela anterior (tabela 2), as famílias podem apresentar déficit, equilíbrio ou excedente de força de trabalho em relação ao consumo. 50% das famílias assentadas apresentaram equilíbrio entre trabalho e consumo e 50% apresentaram um déficit no número de trabalhadores, o que significa que há mais consumidores do que trabalhadores.

Além da abordagem do trabalho do camponês a partir do número de membros trabalhador-consumidores e sua relação com a faixa etária, outro elemento deve ser considerado na divisão do trabalho camponês, ou seja, o sexo de cada membro da família. Na unidade produtiva camponesa cabe aos homens e às mulheres determinados trabalhos definidos a partir do sexo de cada membro da família.

Ao homem, geralmente o chefe da família, cabe a responsabilidade de decidir sobre as “principais” tarefas a serem realizadas, tais como preparação da terra para o plantio, cultivo de produtos que geram renda, ordenha para o comércio, contatos na cidade para compra e venda de produtos agropecuários, ferramentas, entre outros. O marido pode realizar trabalhos leves e pesados, bem como aqueles de menor e maior complexidade. Pela sua maturidade ele possui conhecimentos técnicos de cultivos somados ao seu vigor físico.

À mulher, cabe o trabalho de cuidar da casa e seu entorno bem como as atividades relativas à produção de alimentos como o cuidado da horta e pequenos animais, ordenha para subsistência, cultivo de ervas medicinais, entre outros. Algumas lavouras destinadas ao autoconsumo como pequenas roças de amendoim, pipoca, frutas, tubérculos, dentre outras, estão entregues à responsabilidade da mulher.

Nesta divisão camponesa do trabalho cabe ao homem ainda a distribuição da maioria das atividades entre os membros da família, sobretudo aquelas atividades que geram renda. “Quando tenho que ficar um ou dois dias fora, deixo dito o que tem que fazer. O que ela – esposa – não dá conta de fazer sozinha nós deixa tudo pronto antes de eu ir” (assentado A). O fato de “deixar dito” indica uma hierarquização que se desdobra na divisão das atividades, sendo que aquelas atividades comerciais que geram renda estão sob comando do homem e aquelas atividades de subsistência ficam sob responsabilidade da mulher.

Um exemplo ilustrativo é o caso do trabalho na criação de suínos, pois é uma atividade de responsabilidade compartilhada entre o homem e a mulher. Para compreender a divisão do trabalho de criação de suínos foram destacadas as seguintes atividades: aquisição do animal, produção dos alimentos, alimentação, medicação, decisão do abate, preparo para abate, decisão da comercialização, comercialização, decisão do destino do dinheiro.

Tabela 3 – Divisão do trabalho na produção de suínos

Trabalho	Homem (%)	Mulher (%)
Aquisição do animal	100	-
Produção dos alimentos	100	100
Alimentação	100	50
Medicação	100	-
Decisão do abate	15	100
Preparo para abate	100	100
Decisão da comercialização	100	50
Comercialização	100	-
Decisão do destino do dinheiro	100	100

Fonte: pesquisa de campo (2009).

A partir dos dados apresentados na tabela 3 verifica-se que a “aquisição dos animais”, “medicação” e “comercialização” são atividades feitas somente pelos homens. “Quem compra e vende o gado, um porco, sou eu [homem]. Ela não faz isso não, ela sempre está em função da casa”. “Eu [mulher] nunca comprei nada disso, nem porco nem gado... lá fora e tudo ele que mexe, às vezes quando ele chega em casa ele avisa que vendeu um porco, um boi” (Assentado B, 2009).

A “produção de alimentos” para os animais suínos é feita pelos homens e mulheres, ou seja, tanto as mulheres como os homens realizam tal atividade. Isso ocorre também com o trabalho de “preparo do abate” e “decisão do destino do dinheiro”.

Verifica-se que os homens pouco participam na “decisão do abate”, pois geralmente a mulher tem domínio e mais conhecimento do que o homem sobre as necessidades e estoque de alimentos da família. “A mulher que me avisa quando tem que matar um porco, ela sempre fica de olho no congelador e quando está aparecendo o fundo ela me diz que precisa matar um porco ou uma cabeça de gado” (assentado B, 2009).

Entretanto, é necessário observar que o cuidado com o estoque de alimentos originários de animais de pequeno porte fica sob responsabilidade das mulheres. O cuidado com animais de grande porte, sobretudo aqueles que geram maiores rendas monetárias, ficam mais sob responsabilidade do homem.

Além desta divisão sexual do trabalho, como no exemplo da produção de suínos, outros fatores também influenciam nesta divisão, como é o caso do grau de “complexidade” e exigência de “esforço físico”. Assim, de acordo com a complexidade e grau de exigência de esforço físico, o trabalho poderá ser realizado pelo homem, mulher, crianças ou idosos. Mas, a exigência de “esforço físico” e “complexidade” se relacionam e se desdobram na divisão sexual do trabalho.

De acordo com a exigência de esforço físico, o trabalho no lote camponês do assentamento pode ser classificado em “leve”, “médio” e “pesado”. A diferenciação em trabalho leve, médio e pesado implica na exigência de força física para a sua realização. Quanto menor a força física exigida para a realização de uma determinada atividade, mais cedo os filhos se responsabilizam pelo trabalho.

Aos filhos menores, por exemplo, cabem os trabalhos leves e ao homem cabem os trabalhos mais pesados. Os trabalhos “pesados” como o de aplicar “veneno” e limpeza das lavouras e pastagens, colheita, dentre outras, cabe aos homens. Às crianças e membros idosos da família cabem os trabalhos “leves”, pois exigem menos esforço físico como é o caso da limpeza do “quintal” da casa, cuidado com pequenos animais, preparo de alimentos. Às mulheres também cabe os trabalhos leves, mas de acordo com as necessidades da família, ela também pode desempenhar trabalhos pesados.

Muitos trabalhos realizados pelas crianças têm um sentido lúdico, pois se assemelham mais a brincadeiras. Mas, é uma “brincadeira séria”, pois além de contribuir na produção, também possui um sentido pedagógico.

Quando vou lidar com os bichos ela [filha] sempre vem junto, ela já tira um pouco de leite, ajuda a chamar e tratar as vacas, mas ela não trabalha muito, pra ela tudo é brincadeira, as crianças são sempre assim, trabalha um pouco e vão brincar (assentado C, 2009).

Além disso, as atividades leves podem se constituir demasiadamente pesadas, estafantes e nocivas à saúde, como destacou Paulilo (1987) em “O peso do trabalho leve”, ao estudar o trabalho realizado pelas crianças e mulheres do Sertão da Paraíba e Sul de Santa Catarina. Os trabalhos, quando são realizados por mulheres e crianças, logo já são classificados como leves.

Como se vê, “trabalho leve” não significa trabalho agradável, desnecessário ou pouco exigente em termos de tempo ou de esforço. Pode ser estafante, moroso, ou mesmo nocivo à saúde – mas é “leve” se pode ser realizado por mulheres e crianças. Fica a pergunta: porque se paga menos pela realização dessas tarefas? A resposta não deve ser procurada em realidades especificadas das regiões estudadas ou do próprio meio rural como um todo. Essa situação ocorre da valorização social do homem enquanto “chefe de família”, responsável pela reprodução de seus “dependentes”. Assim, o trabalho desses últimos fica em plano secundário, cabendo, nestes casos, uma remuneração que apenas “ajuda” a composição do orçamento familiar (PAULILO, 1987, p.79).

A realização do trabalho segundo o grau de complexidade está relacionada à exigência de habilidades na sua realização. Existe trabalho considerado “leve” ou “pesado” quer seja ele complexo ou simples.

Faixa etária, complexidade e esforço físico no trabalho

Trabalho	Até 9 anos	10-14 anos	15 anos acima
Trabalho leve	x	x	-
Trabalho médio	x	x	x
Trabalho pesado	-	x	x
Trabalho complexo	-	x	x
Trabalho simples	x	x	x

Fonte: trabalho de campo (2009).

Verifica-se na tabela 4 que com 9 anos de idade os filhos já se encontram inseridos na divisão do trabalho, pois já acompanham os pais e irmãos mais velhos nas

atividades realizadas. Mas, é a partir dos 15 anos que eles são considerados como trabalhadores, ou seja, uma “força completa”, como destacado anteriormente, inclusive trabalhando fora do lote, quando necessário.

Para evidenciar a inserção dos filhos de acordo com a faixa etária no trabalho nas unidades camponesas serão exemplificadas diversas tarefas como ordenha, alimentação, medicação e abate de animais, roça pasto, plantação e comercialização da produção. A inserção significa a iniciação no trabalho que pode ser integral ou parcial.

Tabela 5 – Inserção dos filhos no trabalho de acordo com faixa etária (%)

Trabalho	Até 9 anos	10-14 anos	15 anos acima
Ordenhar	30	70	-
Alimentar dos animais	70	30	-
Medicar dos animais	-	-	100
Abater de animais	-	50	50
Roçar pasto	-	30	70
Plantar	-	20	80
Comercializar produção	-	20	80

Fonte: trabalho de campo (2009).

Os trabalhos de “ordenha” e de “alimentação dos animais” são considerados leves e os filhos começam a realizar tais atividades até 9 anos. 30 % e 70% dos filhos com menos de 9 anos tem alguma participação (integral ou parcial) na atividade de ordenha e alimentação de animais, respectivamente. Geralmente, os filhos começam a trabalhar nestas atividades aos seis anos, assumindo tarefas simples de condução de animais mais mansos à estrebaria e acompanhamento pais e irmão mais velhos. Não foi encontrado nenhum caso em que os filhos começam o trabalho de ordenha e alimentação de animais acima dos 15 anos. Todos começaram antes dessa idade.

A “medicação” e “abate dos animais” são atividades realizadas pelos filhos mais velhos, pois exige força física média e possui alto grau de complexidade porque demanda de experiência de manejo com os animais para não colocar em risco a vida do trabalhador. Neste caso, 100% do trabalho de medicação e 50% do trabalho de abate são iniciados após os 15 anos de idade.

O trabalho de “roçar pasto” é considerado um trabalho pesado, mas de menor complexidade. 70% dos filhos começam a realizar esta atividade acima de 15 anos. O “plantio” que é um trabalho que exige força física média, mas é considerado de alto grau de complexidade é iniciado em 80% dos casos também acima de 15 anos.

O trabalho de “comercializar a produção” é uma atividade leve, mas altamente complexa e geralmente está a cargo dos pais. Os filhos (80%) iniciam nesta atividade como acompanhante dos pais acima dos 15 anos e se trata de inserção gradual e de longo prazo.

Outro importante exemplo da divisão familiar do trabalho, além dos apontados na tabela 3 e 5, é a colheita de milho. A maior parte da produção (95%) é destinada ao consumo na unidade camponesa e os 5% restantes são destinados à comercialização.

A primeira parte da colheita é a quebra do milho, quando cada membro da família recolhe as espigas da planta e forma a “bandejas”, ou seja, um amontoado de espigas prontas para serem levadas para o paiol. No recolhimento do milho é preciso considerar o elemento “força física” para realizar a carga e transporte do balaio (cesto de bambu) e guiar o carro/carrinho.

O membro da família que tem mais força física (homem) fica encarregado do balaio. Os que possuem física menor (mulher) ficam encarregados do recolhimento das bandejas de milho para o balaio. O trabalho de guiar o carro/carrinho é realizado pelo membro de menor força física, como os filhos menores.

A “produção de leite” é outro exemplo utilizado para tratar da divisão do trabalho familiar e de um relativo controle do tempo do trabalho realizado.

A produção de leite se constitui numa atividade muito importante na geração de renda e subsistência dos camponeses e praticamente 100% dos assentados trabalha nesta produção. Em 60% dos lotes o trabalho da ordenha é feito somente pelo homem, 30% é feito pelo homem-mulher e 10% restante feito pelo homem, pela mulher e pelos filhos.

O trabalho na atividade leiteira é considerado um dos mais rígidos pelos camponeses, pois ele deve ser realizado todos os dias, independente de feriados, finais de semana ou “dia santo”. Mas, mesmo considerado como rígido é possível identificar estratégias que tornam o trabalho mais “flexível” como horário de início, por exemplo.

Esta “flexibilidade” indica que o camponês possui, parcialmente, controle do ritmo e tempo de trabalho. É ilustrativo o depoimento de um assentado, enquanto fazia a ordenha de manhã: “Eu poderia fazer isso em uma hora e meia, mas sempre levo duas a

duas horas e meia. Não tenho pressa. Além disso, o caminhão passa só lá pelas 11:00 horas e por isso não preciso pressa” (Assentado B, 2009).

Deve ser considerado também que a família camponesa tende a realizar a ordenha no mesmo horário porque pode alcançar melhores índices de produtividade. Mas, isso nem sempre ocorre porque depende de outras atividades programadas para o dia de trabalho. A flexibilização ocorre também dependendo das condições do tempo, pois nos dias chuva algumas atividades se tornam impossibilitadas de serem efetivadas, o que se desdobra na redefinição das tarefas.

O fato de a família ter que se deslocar para a cidade por qualquer motivo também se desdobra no horário da ordenha, pois o horário pode ser antecipado ou intensificado com a participação de mais membros da família no trabalho. Assim, verifica-se que a família tem a possibilidade de reordenar o tempo de trabalho no lote. Esse reordenamento das tarefas só é possível pelo fato de possuir controle (relativo) do tempo de trabalho.

O trabalho comunitário dos camponeses

Quando a família se vê impossibilitada de realizar todas as atividades no lote, ele recorre aos trabalhadores externos, ou seja, se vale da ajuda dos vizinhos, ajuda mútua ou contrata diaristas para finalizar as tarefas em tempo. Neste sentido, é possível verificar a interferências de elementos externos à família, pois o campesinato não é um estamento ou modo de produção à parte. Os camponeses possuem inclusive ampla relação com o mercado capitalista

A família, por exemplo, fica atenta às oscilações dos preços dos produtos comercializados no mercado para obter ganhos financeiros. Este é o caso da produção de milho que quando o preço está baixo, a atividade é flexibilizada e se diminuem as terras destinadas ao cultivo deste produto. Neste momento, o milho é cultivado basicamente para o consumo na própria unidade camponesa de produção na forma de silagem para sustentar outras atividades como a produção de leite, considerada a principal geradora de renda no assentamento.

O camponês segue as orientações do mercado capitalista considerando os resultados financeiros para realizar uma determinada atividade. Não é possível

desconsiderar o lugar do mercado na produção camponesa. Mas, ele considera, também, outros elementos para realizar os investimentos necessários para a produção como o número de membros da família necessários para o trabalho, se a área do lote comporta tal tipo de produção, o esforço físico que será despendido, dentre outros.

Sendo assim, embora importante, não é somente o mercado que vai influenciar na organização da produção e trabalho nas unidades camponesas, pois a família busca as atividades que lhe proporcionam maiores ganhos monetários e menores esforços físicos. Estas estratégias não significam que a atividade mais rentável no momento vai se materializar em ganhos financeiros.

Além do trabalho familiar, considerado central na produção camponesa, existem as práticas de “ajuda mútua”, principalmente entre as famílias vizinhas. A ajuda mútua geralmente não é orientada pelo mercado de trabalho, mas por relação comunitária e solidária. Esta prática de ajuda mútua se constitui numa relação não-capitalista de trabalho, pois muitas vezes ele não é pago financeiramente, o preço não é regido por regra mercadológica e não há mais-valia.

Na pesquisa de campo verificou-se o caso de um camponês assentado que realizou a castração de um animal suíno (reprodutor) numa visita entre vizinhos sem cobrança financeira, ou seja, uma espécie de “trabalho gratuito”. Em conversa informal na visita de vizinhos o “assentado A” disse ao “assentado D”: “preciso castrar este cachaço, já ta em hora de carnear”. O “assentado D”, sem se preocupar com o pagamento, dinheiro ou “mercado de trabalho” disse: “então traz logo uma faca bem afiada que faço esse serviço agora mesmo”.

O trabalho de castração do animal não é atividade simples e demanda esforço físico, habilidade e conhecimento, pois pode leva o animal à morte em vista do seu sofrimento. O “assentado D” que estava na condição de visitante, não considerava o trabalho de castração como um trabalho-mercadoria. Era uma ajuda (ou troca não mercadológica) entre vizinhos.

Assim, a visita entre os vizinhos de lote no assentamento possui um conteúdo de trabalho, mas não somente trabalho, pois outras dimensões estão implícitas nesta visita, como a descontração, por exemplo. Neste caso, a visita implicou na realização de um trabalho, não-pago financeiramente, ou seja, o trabalho de castração do animal.

Outro exemplo de trabalho não-pago financeiramente observado em pesquisa de campo no assentamento foi a captura de um touro, ou seja, um animal que havia fugido do espaço cercado. Tratava-se de animal demasiado violento, o que exigiu dos trabalhadores grande esforço e risco de vida.

Este trabalho de captura do touro, assim como no caso da castração do suíno, não teve como pilar central a dimensão mercadológica. Para a realização do trabalho de captura do touro, além do proprietário, trabalharam também os vizinhos próximos ao lote do proprietário que durante toda uma manhã ajudara o proprietário prender o animal fugitivo. O trabalho da captura do touro, é necessário ressaltar, não foi tarefa fácil. Mas, os camponeses contavam a façanha com muito entusiasmo, risos e euforia, misturando alegria e trabalho, diferentemente do trabalho alienado capitalista, motivo de fadiga e sofrimento.

Este exemplo citado (captura do touro) foi um trabalho mais pautado na solidariedade ou troca não-mercadológica do que na venda de força de trabalho. Os vizinhos deixaram seus afazeres inclusive, para ajudar na captura do animal. Portanto, este trabalho não é “força de trabalho”, considerada mais mais-valia. Mas, embora não houve venda de “força de trabalho” ao proprietário do animal, foi possível verificar uma dívida moral, uma obrigação não-financeira entre os vizinhos.

As “trocas de dias” de trabalho também são corriqueiras entre os camponeses do assentamento. No geral, as famílias que mais se utilizam das “trocas de dias” de trabalho são as que têm um déficit no número de membros para o trabalho. “Até estes dias nós estávamos com todo o fumo para ‘manocar’. O trabalho no fumo não é fácil. Tem dia certo para fazer e só estávamos nós [homem, mulher e filha de 6 anos], aí tive que chamar o vizinha aqui para me ajudar” (assentado E, 2009).

Na “troca de dias” de trabalho é exigido para quem solicitou o pagamento com outro dia de trabalho. Se o assentado F trabalhou um dia no lote do assentado E, isso significa que quando solicitado, o assentado E tem a obrigação de trabalhar o mesmo tempo na propriedade do assentado F.

O vizinho direto vem chamar nós para ajudar ele com o serviço, aí quando nós precisamos, também chamamos ele para ajudar. O que nós ia levar quatro dias faz em dois. A troca de dias não tem dia certo, qualquer dia do ano o vizinho chama a gente, ou nós chama ele, mesmo quando estamos apurados fizemos um esforço para ajudar, porque depois pode ser nós que precisamos (assentado F, 2009).

Tanto os homens como as mulheres promovem a troca de dias de serviço. O homem troca atividades consideradas “pesadas” como roçado e as mulheres atividades “leves” como selecionar folhas de fumo para enfardamento. Mas, se comparar por frequência, os homens trocam dias de serviço mais do que as mulheres. “Quase sempre é ele que vai ajudar o vizinho, eu vou muito pouco, quando é coisa pequena, na maioria é para roçar ou fazer limpa do milho, ai é sempre ele que vai” (Assentada E, 2009).

A “troca de dias” de serviço se explica porque os camponeses não têm recursos financeiros suficientes para pagar diaristas para ajudá-los a promover o trabalho na “propriedade” ou em vista do elevado custo para o camponês desse diarista. Sendo assim, a troca de dias de trabalho é estratégia da família camponesa.

Quando precisamos nós sempre pede para o vizinho vir ajudar, porque um diarista é R\$ 30, por dia e nós não temos dinheiro para pagar, pro vizinho também é bom, que ai nós vamos ajudar ele também, ele também não tem dinheiro para ficar pagando diarista (Assentado E, 2009).

Santos (1978), ao estudar os “Colonos do Vinho” identificou que todas as práticas de trocas de dias de serviço cobrem uma necessidade de trabalho que o camponês não pode suprir apenas com o trabalho familiar. Isso porque os rendimentos monetários não permitem pagar trabalhadores.

Além da “ajuda mútua” e “troca de dias” foi possível verificar no assentamento a existência do trabalho de “diarista” pago em dinheiro. Os diaristas são encontrados na fumicultura, principalmente, quando é realizada a tarefa de selecionar as folhas de fumo para o enfardamento.

Esta etapa da produção de fumo exige muitos braços para o trabalho, pois tem uma especificidade: ser realizada nos dias de chuva, porque é quando as folhas do fumo estão úmidas e adequadas para serem selecionadas. Então são contratados trabalhadores para ajudar nesta tarefa. Mas, é necessário observar que este diarista não é um trabalhador assalariado, semelhante a um vendedor de “força de trabalho”, expropriado dos meios de produção e alienado, como destacou Santos (1978) ao estudar os colonos do vinho.

Da parte do camponês que utiliza trabalho assalariado, a finalidade de sua produção é vender um produto para comprar outro que satisfaçam as necessidades de sua família. Em consequência, a soma de dinheiro que obtém com seu produto não se capitaliza, pois o produto excedente não é consumido produtivamente, mas destina-se ao consumo individual da família camponesa. Resulta desse processo que na unidade produtiva camponesa não se constitui o capital que depende da mais-valia gerada pela força de trabalho assalariada para se reproduzir em escala ampliada (SANTOS, 1978, p. 43).

Os camponeses que trabalham com fumo e contratam diaristas não podem mantê-los por muito tempo, pois segundo eles, “dá prejuízo”, ou seja, o trabalho assalariado dá prejuízo para o camponês. É importante observar a fala do camponês de que “Não tem como pegar diaristas para ajudar, tem que dar café, almoço mais os R\$ 30 por dia, assim dá prejuízo” (assentado B, 2009).

No trabalho típico capitalista, o empregador apropria-se da mais-valia gerada no processo de trabalho. No caso do camponês que empregou um diarista, não há a apropriação da mais-valia originada do trabalho porque o empregado não é um expropriado dos meios de produção. O que ocorre é que este sujeito, na maioria dos casos, está realizando um trabalho esporádico fora de sua “propriedade”. Isso demonstra que o trabalho no campo camponês, mesmo quando pago, apresenta conteúdos diferentes do trabalho executado numa fábrica, por exemplo.

Neste sentido, Santos (1978) entende que ao contrário de um trabalhador assalariado, o camponês é proprietário dos meios de vida e produção, vivendo a condição de trabalho “acessório” nos momentos que a amplitude da família o permite. O camponês não desenvolve uma relação de oposição ao trabalhador diarista na medida em que num outro momento este mesmo “proprietário” que contrata o diarista, pode também estar nesta condição de trabalhador.

Considerações finais

A partir da abordagem sobre o trabalho dos camponeses foi possível chegar a algumas verificações. Verificou-se que o “trabalho não-capitalista” do camponês apresenta diferença do “trabalho capitalista”, seja ele operário ou realizado a partir de relações precárias, inserido no contexto do toyotismo e acumulação flexível. No caso do campesinato, a família se constitui no elemento central de sua organização.

Embora o trabalho camponês esteja inserido no interior das relações capitalistas de produção, ele apresenta um conjunto de características próprias tais como divisão do trabalho, “flexibilidade” de horários, pagamento em trabalho, entre outros. Estas características fazem do trabalho do camponês um “trabalho não-capitalista”.

Verificou-se que a divisão do trabalho nas unidades camponesas é feita a partir da relação entre o número, faixa etária e sexo dos membros da família. Esta relação permitiu classificar trabalhos complexo-simples e trabalho leve-pesado, dividido de acordo com a organização familiar. A inserção dos filhos no trabalho, por exemplo, se faz a partir da idade e força física deles, principalmente.

Observou-se também que a “ajuda mútua” e “trocas de dia” de trabalho, são relações não-capitalistas que estão ligadas à vida da familiar, pois as “propriedades” que mais se utilizavam deste recurso são aquelas que possuem déficit no número de trabalhadores. Para tanto, tais ajudas e trocas de trabalho são estratégias utilizadas pelos camponeses para cobrir um déficit no número de membros da família camponesa.

Por isso, é possível concluir que o trabalho dos camponeses é substancialmente diferente do “trabalho tipicamente capitalista”, como o operário. O fato da família se constituir no núcleo central da produção faz surgir um “trabalho não-capitalista” entre os camponeses que, contraditoriamente, serve à acumulação capitalista. Este trabalho do camponês, apesar do solapamento das forças estruturais do modo de produção, está sendo recriado nos assentamentos de sem-terra, como é o caso de “16 de Maio” no município de Ramilândia/PR.

Portanto, verifica-se entre os camponeses do assentamento “16 de Maio” a realização de um trabalho que para entendê-lo é necessário colocar a família como componente de sua interpretação. Neste caso, o estudo de Chayanov (1974) se constitui em parâmetro fundamental para entender o trabalho dos camponeses, pois a família está colocada como pilar principal da unidade de produção. Mas, ressalta-se que esta relação não-capitalista de trabalho dos camponeses não está à parte da produção capitalista, pois também serve à acumulação de capital.

Referências

ANTUNES, R. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. Ed. São Paulo: Boitempo, 2000.

_____. **Adeus ao trabalho?** (ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho). São Paulo: Cortez, 1995.

BRANDÃO, C. R. **Festas de trabalho**. Digitado. 2006.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Nueva Visión, 1974.

CPT. **Mais sobre o assentamento 16 de maio**. Disponível em: www.midiaindependente.org/pt/blue. acessado em 28 de julho de 2009.

MARTINS, J. de S. **A sociedade vista do abismo**: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 2.ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

_____. **Os camponeses e a política no Brasil**. 3. Ed. Petrópolis: Vozes, 1986.

OLIVEIRA, A. U. de. **A agricultura Camponesa no Brasil**. 4ª ed. – São Paulo: Contexto, 2001.

_____. **A Geografia das Lutas no Campo**. 9ª ed. São Paulo: Contexto, 1999.

PAULILO, M. I. S. O peso do trabalho leve. **Revista ciência hoje**, v. 5, n 28, Rio de Janeiro: SBPC. jan-fev. 1987. p. 64-79.

SANTOS, J. V. T. dos. **Colonos do vinho**. São Paulo: Hucitec. 1978.

THOMAZ JR, A. **A geografia do mundo do trabalho na viragem do século XXI**. GEOSUL, Florianópolis, v. 19, n. 37, jan-jun, 2004. p. 7-26.

WANDERLEY, M. N. B. **O camponês: um trabalhador para o capital**. Cadernos de Difusão de Tecnologia. Brasília, v.2, n.1, p. 13-78. Jan/abril. 1985.

Artigo recebido em 09/02/2011 e aceito para publicação em 15/07/2011.